Anais do II Congresso de Ciência e Tecnologia da PUC Goiás
Disponível em: http://pucgoias.edu.br/ucg/prope/pesquisa/anais/2016
ISSN: 2177-3327

PSICOLOGIA JURÍDICA: UMA DISCUSSÃO SOBRE A ATUAÇÃO

IORHANA ALMEIDA FERNANDES, LUCIENE CAMPOS FALCÃO SILVEIRA
lucienefalcao@hotmail.com

Objetivo: Compreender como os bacharéis em direito percebem a relação entre psicologia e direito **Método:** verificar se já trabalharam em conjunto com um profissional da psicologia. **Resultados:** Após a explicação dos objetivos e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foram realizadas 45 entrevistas semi estruturadas em bacharéis de direito, por alunos da disciplina de psicologia jurídica do curso de direito de uma universidade particular do município de Goiânia. Do total, 26 participantes do sexo masculino e 19 do sexo feminino; a maioria se formou em universidades particulares (80%) e com 10 anos em média de atuação profissional. A metade já havia cursado a disciplina de psicologia jurídica na graduação. **Conclusão:** Somente três participantes não percebem a relação entre a psicologia e o direito, devido à subjetividade da psicologia e a racionalidade que envolve o direito. Mas a maioria (47%) relata que as duas áreas estão interligadas e a psicologia pode ajudar o direito na análise/avaliação do comportamento das pessoas (perícia). 22% dos entrevistados afirmam que a psicologia pode ajudar o advogado no atendimento com o seu cliente. E quatro participantes citaram a mediação como a principal atividade que aproxima as duas áreas.Quando questionado se já haviam trabalhado com um psicólogo, 28 (62%) entrevistados disseram que não; dos participantes que afirmam que já havia trabalhado 59% contaram que os psicólogos fazem laudos e o restante citou sobre depoimento, ressocialização de ex-detentos e o trabalho na delegacia da mulher.

Palavras-chave: Psicologia Jurídica. Avaliação Psicolólogica. Direito.